

BERNARDO CABRAL

"Vamos fazer a Constituição do Brasil real"MARIA LIMA
Da Editoria de Política

GERALDO MAGELA

"O retrato que eu pude fazer até agora, sem retosques, desta Assembléia Nacional Constituinte, é que ela avançará em alguns pontos, parará em outros e deve recuar num certo número, mas o avanço será mais para o lado progressista". A afirmação do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral, reflete bem o caráter franco deste político que teve seus direitos políticos cassados durante 10 anos e que tem estrela forte: começou advogar aos dez anos auxiliando a promotoria que condenou a 13 anos de prisão o assassino de seu irmão, Antônio Cabral. Em 1976, disputando o concurso de orador do Instituto dos Advogados do Brasil derrotou o já então consagrado jurista Afonso Arinos, hoje presidente da Assembléia Constituinte. "Por causa desta minha obstinação foi que cheguei a enfrentar os dois grandes notáveis Fernando Henrique Cardoso e Pimenta da Veiga, me elegendo para relatar a Constituição que o País espera", diz, acrescentando: "Todos os brasileiros, sem exceção, devem fazer pressão sobre a Constituinte, desde que não sejam desonestas".

Passados quase 60 dias da instalação da Assembléia Constituinte, o senhor concorda que até agora os constituintes estão mais preocupados com a distribuição dos cargos do que em escrever a Constituição?

— Esta é uma fase até certo ponto natural. Como o projeto das normas preliminares, e, depois o do regimento, tinha que ser feito de baixo para cima, porque é a primeira vez na história do Brasil que uma Assembléia Nacional Constituinte faz o seu próprio regimento interno para o funcionamento das comissões temáticas. Era natural que a corrida aos cargos se desse. Isso porque os deputados recém-chegados, que foram eleitos pela primeira vez, querem se afirmar nos seus estados; outros porque querem dar a sua contribuição porque são experientes e, uma terceira leva que são os especialistas nas matérias como Direito Constitucional e querem ficar em lugares estratégicos para dali poderem dar a sua colaboração maior. A corrida aos cargos, portanto, se de um lado possa parecer ambição, do outro, e eu me situo desse lado, recomenda que seja uma pessoa que esteja à altura de dar a sua contribuição para um projeto bom, exumto, denso, de constituição.

Há informações que o senhor seria candidato do senador Mário Covas e do presidente Sarney. Como é que o senhor conseguiu ao mesmo tempo o apoio de duas pessoas diferentes como o presidente Sarney e o senador Mário Covas?

— O senador Mário Covas nunca me disse que eu seria candidato dele, e não poderia fazê-lo porque sendo um homem correto e tendo um companheiro seu de Senado, de partido e de representação no Estado, porque o senador Fernando Henrique é de São Paulo, o nosso líder jamais insinuou que lutaria pela minha candidatura. Ao contrário, o Mário manteve-se de tal forma equidistante e bancando às vezes o imparcial que na reunião conosco, os três candidatos, ele disse que seria muito difícil a escolha ser de modo pessoal, fruto seu. Como eu tinha sido o único que tinha sugerido, reclamado e reivindicado que a escolha fosse feita pela bancada do PMDB e não por designação do Presidente da República, como manda o regimento, o Mário acabou-se inclinando pela disputa perante a bancada do PMDB. Ele declinava portanto de uma prerrogativa que era sua para fazer essa indicação à bancada e a bancada escolhesse. O que eu acredito, isto sim, é que no segundo turno, afastada a candidatura do senador Fernando Henrique Cardoso, tanto o senador Mário Covas quanto o senador José Richa me ajudaram e torceram pela minha eleição porque ambos, Mário Covas e Richa, foram meus colegas na legislatura de 66, e nós três como deputados formavam um trio de bons amigos. Minha idéia de que fosse levada a escolha pela bancada e que se eventualmente fosse eu o indicado eu teria a minha consciência tranquila de que essa escolha se dera tão-somente pela simpatia e pelo lado afetivo e não pelos meus eventuais méritos. Numa escor-

reia amizade chegou a criar algum tipo de dificuldade junto à bancada durante sua fase de campanha?

— Os de extrema direita dentro da bancada diziam que eu era um homem de extrema esquerda porque tinha sido cassado e meus direitos políticos suspensos por dez anos; os que são da esquerda diziam que eu era um homem da direita porque sou amigo do general Leônidas Pires Gonçalves, e todos se esqueciam que eu tenho uma filha de serviços prestados a este País. Eu fui deputado federal pelo MDB, que foi a célula criadora do PMDB; fui seu deputado federal mais votado no Estado, fui vice-líder em 67 e 68, fui escolhido pelo comitê de imprensa da Câmara como um dos dez melhores deputados no ano de 67 e no ano de 68, depois fui secretário-geral da OAB, e mais tarde seu presidente, quando lutei pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte, quando combatii o atentado no Rio centro e na Ordem dos Advogados do Brasil. Quem detratava, espalhava e fazia, e agora eu também tenho o direito de fazer esse desabafo, esta forma perniciosa de campanha, não creio que fossem meus concorrentes, natural-

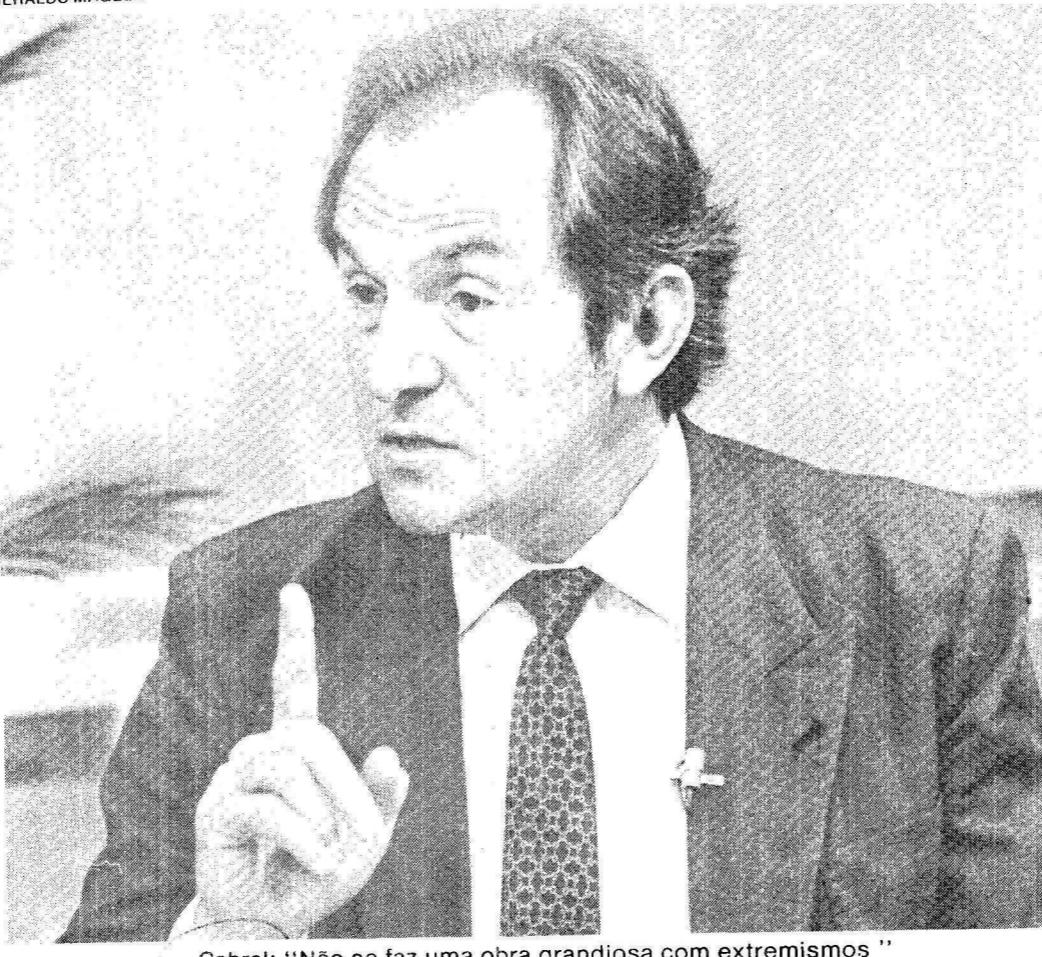
mente os que defendiam suas campanhas. Isso é esquecer o passado de um homem que foi sacrificado, que deu parte da sua vida. Afinal, foram dez anos de suspensão dos direitos políticos e perda de mandato. Sou sobretudo um homem independente e ninguém me impedirá de continuar com a cabeça erguida.

— Logo após a sua eleição, o senhor falou que era uma pessoa independente e não iria se submeter a serviços prestados ao Palácio do Planalto ou qualquer outro tipo de pressão. Qual vai ser sua relação com o presidente Sarney?

— A minha relação com o presidente Sarney será a relação que sempre mantivemos ao longo do tempo, em primeiro lugar, intempesuoso; em segundo, política e em terceiro, sendo eu membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, darei apoio ao seu governo, e naquilo que ele estiver certo não há por que deixar de aplaudir. Nas coisas que eu entender que estão tomando um curso diverso do programa do partido eu serei o primeiro a fazer a crítica construtiva. Quando eu digo que não estarei a serviço do palácio é porque muitas vezes o servicial acaba atrapalhando a boa norma de conduta de quem o Comanda. O presidente Sarney é o presidente de honra do Partido e Presidente da República, e a ele todos nós devemos colaboração. A colaboração representa uma forma de apoio, e não uma forma de vassalagem.

— A intenção do Presidente de formar na Constituinte um bloco de apoio parlamentar ao seu Governo, a seu ver é uma forma de o Presidente buscar interferir de uma forma mais direta na nova Constituição?

— Depende do ângulo que se examina isso. Eu acho que todos os brasileiros, sem exceção, devem fazer pressão sobre a Assembléia Nacional Constituinte, pressão de todas as formas possíveis, desde que não sejam pressões desonestas. Ora, o Presidente da República é um brasileiro, e ninguém mais interessado do que ele de



Cabral: "Não se faz uma obra grandiosa com extremismos"

“Eu procurarei ser como relator, o homem que tirará a média da maioria. Não vou me submeter a pressões partam de onde partirem. Vamos fazer a Constituição do Brasil real”

mente os que defendiam suas campanhas. Isso é esquecer o passado de um homem que foi sacrificado, que deu parte da sua vida. Afinal, foram dez anos de suspensão dos direitos políticos e perda de mandato. Sou sobretudo um homem independente e ninguém me impedirá de continuar com a cabeça erguida.

— Logo após a sua eleição, o senhor falou que era uma pessoa independente e não iria se submeter a serviços prestados ao Palácio do Planalto ou qualquer outro tipo de pressão. Qual vai ser sua relação com o presidente Sarney?

— A minha relação com o presidente Sarney será a relação que sempre mantivemos ao longo do tempo, em primeiro lugar, intempesuoso; em segundo, política e em terceiro, sendo eu membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro,

darei apoio ao seu governo, e naquilo que ele estiver certo não há por que deixar de aplaudir. Nas coisas que eu entender que estão tomando um curso diverso do programa do partido eu serei o primeiro a fazer a crítica construtiva.

Quando eu digo que não estarei a serviço do palácio é porque muitas vezes o servicial acaba atrapalhando a boa norma de conduta de quem o Comanda.

O presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República. Como foi a Constituição que está em vigência que convocou através da emenda constitucional a Assembléia Nacional Constituinte, que tratou do mandato dos governadores e dos vice-governadores, senadores e deputados federais e, como não se fala em reduzir o mandato dos demais, só se fala no mandato do Presidente da República, eu lembro o espírito da Constituição em vigor. Quando promulgada a nova Constituição, resultada da Assembléia Nacional Constituinte, se esta nova Constituição prever em suas disposições gerais e transitórias a redução do tempo de mandato do Presidente, todos nós vamos ter que nos curvar ao que ali estiver escrito.

Por outro lado, se o presidente

fazer esta pressão através do seu bloco, pressão no sentido de apoio, no sentido de reexame de certas cláusulas, pressão no sentido de consolidar o seu mandato, são pressões que se os demais têm direito quando as causas lhes são pertinentes, me parece legítimo, portanto, que o Presidente da República também exerça a sua pressão política dentro da Assembléia Nacional Constituinte.

Nesse aspecto, o senhor vai ser um dos homens mais visados pelos lobistas na Constituinte. O senhor já está sentindo esse tipo de pressão, já tem sido muito procurado nesse sentido?

— Não devo declarar que não recebi ate hoje sequer dos parlamentares do meu partido ou mesmo daqueles mais ligados a mim. Eu tenho tido quanto a esta particularidade a mais isenta atuação e a maior independência. Se exercitassei não haveriam de colher bons frutos, porque eu não vou me submeter a pressões, partam de onde partirem. Eu procurarei ser, como relator, o homem que tirará a média da maioria, que não importa os seus pontos de vista e que nem sequer pela via obliqua, pela via indireta, tentará fazer chegar aos demais companheiros o seu ponto de vista pessoal. O que eu fizer, isso sim, e com muita cautela, será como representante da maioria dentro da Comissão de Sistematização.

O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

Como foi a Constituição que está em vigência que convocou através da emenda constitucional a Assembléia Nacional Constituinte, que tratou do mandato dos governadores e dos vice-governadores, senadores e deputados federais e, como não se fala em reduzir o mandato dos demais, só se fala no mandato do Presidente da República, eu lembro o espírito da Constituição em vigor. Quando promulgada a nova Constituição, resultada da Assembléia Nacional Constituinte, se esta nova Constituição prever em suas disposições gerais e transitórias a redução do tempo de mandato do Presidente, todos nós vamos ter que nos curvar ao que ali estiver escrito.

zer a Constituição do Brasil real.

— Nesse aspecto, não lhe assusta a responsabilidade de ser o relator de uma Constituição que pode frustrar em muito as expectativas do povo brasileiro, que hoje já está decepcionado com o que pode advir dessa Assembléia Nacional Constituinte?

— É claro. Todos nós corremos um risco. é um desafio. Mas eu não temo tanto, porque há uma equipe que me ajudará nisso, não se faz uma obra grandiosa dessa com extremismos e nem eu pretendo estar no palco iluminado, eu também quero fazer parte da platéia obscura que contribuirá na redação da Constituição. Esta equipe toda já está trabalhando há alguns dias, nós já estamos fazendo a compatibilização, que é o objetivo principal da comissão de sistematização, do que poderá ser tratado nas demais comissões, para que não haja excessos, para que não haja dispositivos que se repitam, para que o excesso em demasia de um assunto não se repita numa minuta de outra comissão temática. As oito comissões temáticas com as suas três subcomissões trabalharão sob a colaboração direta da Comissão de Sistematização, através da minha figura e notáveis companheiros que fazem parte da Comissão de Sistematização e também estão sendo convocados os de fora. Só para citar os que não fazem parte da Assembléia Nacional Constituinte: foram convidados, e aceitaram colaborar conosco gratuitamente, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Márcio Bastos, e o ex-presidente da Ordem, Dr. Hermes Baeta; o presidente da OAB seção São Paulo, prof. Antonio Cláudio de Oliveira, assim como o presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo e o ex-presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, Dr. Sérgio Ferraz. E uma equipe que dará, juntamente com outros especialistas da casa em Direito Constitucional, um trabalho que sera muito cansativo, mas gratuito, e que visa exatamente àquela sua inquietação, qual seja a de não frustrar as ansiedades do povo brasileiro.

Sarney também entenderá de reduzir o seu mandato como fez o presidente Dutra, tanto melhor. A escolha foi sua. O que eu defendo é o sistema parlamentar de governo e não estou preocupado com a duração do mandato do Presidente da República. Na Inglaterra, existe o sistema parlamentar de governo e ninguém está preocupado qual vai ser a duração do mandato da Rainha Elizabeth, há uma presunção de que ela como rainha vai continuar ficando no poder. O mandato do presidente Mitterrand, na França, é de sete anos, sistema parlamentar de governo. O que é importante no sistema parlamentar de governo é a figura do Parlamento, de quem vai chefiar o Gabinete do primeiro-ministro, com este sim, e este não tem mandato prefixado, porque o Parlamento pode apresentar uma moção de desconfiança e cair o Gabinete e o primeiro-ministro desaparece e será renovado com outro. Temos o exemplo recente de Portugal, quando esteve aqui o presidente Mário Soares, e caiu o Gabinete português e nem por isso ele saiu daqui às pressas, terminou a sua viagem, voltou para o seu país e está agora fazendo as negociações para o Gabinete. A minha posição é muito coerente. O que eu quero é, caso seja adotado o sistema parlamentar de governo, que o presidente Sarney já no último ano de seu governo prepare a transição para o parlamentarismo, o que seria tão mais fácil.

— Nesse aspecto, o senhor vai ser um dos homens mais visados pelos lobistas na Constituinte. O senhor já está sentindo esse tipo de pressão, já tem sido muito procurado nesse sentido?

— Não devo declarar que não recebi ate hoje sequer dos parlamentares do meu partido ou mesmo daqueles mais ligados a mim. Eu tenho tido quanto a esta particularidade a mais isenta atuação e a maior independência. Se exercitassei não haveriam de colher bons frutos, porque eu não vou me submeter a pressões, partam de onde partirem. Eu procurarei ser, como relator, o homem que tirará a média da maioria, que não importa os seus pontos de vista e que nem sequer pela via obliqua, pela via indireta, tentará fazer chegar aos demais companheiros o seu ponto de vista pessoal. O que eu fizer, isso sim, e com muita cautela, será como representante da maioria dentro da Comissão de Sistematização.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objecção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indica o tempo do mandato do Presidente da República.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em